



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1001324-66.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Tratamento Médico-Hospitalar e/ou Fornecimento de Medicamentos**  
 Requerente: **Ivone Aparecida Alves de Oliveira**  
 Requerido: **"Fazenda Pública do Estado de São Paulo e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Obrigação de Fazer, com pedido de antecipação dos efeitos da tutela jurisdicional, proposta por **Ivone Aparecida Alves de Oliveira** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e o **ESTADO DE SÃO PAULO**, sob o fundamento de que tem 37 anos de idade e que foi diagnosticada com osteoartrose coxofemoral bilateral, caracterizada por redução do espaço articular, esclerose óssea subcondral e prováveis cistos subcondrais (CID 10 M.16), razão pela qual lhe foi prescrita a cirurgia para a colocação de prótese total de quadril não cimentada com superfície de contato cerâmica-cerâmica, cuja finalidade é a de substituir as articulações coxofemorais, sendo que, devido a sua idade, necessita da referida prótese em decorrência da grande durabilidade do material. Relata ter feito pedido administrativo, contudo, a prótese não foi fornecida. Vieram documentos à fls. 13/32.

Houve antecipação dos efeitos da tutela.

O Município de São Carlos apresentou contestação alegando, preliminarmente, ilegitimidade parcial de parte, atribuindo à FESP a responsabilidade pela aquisição e fornecimento da prótese importada. No mérito, aduz que o fornecimento de prótese importada não é padronizado pela rede pública municipal de saúde, sendo que o direito à saúde não está previsto como um direito individual da pessoa, sendo antevisto como um direito social, de efetivação programática; alegou questões orçamentárias, requerendo a improcedência da ação.

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo apresentou contestação, alegando que o procedimento cirúrgico pleiteado pela parte autora é padronizado, contestando as prescrições médicas de próteses, órteses e outros aparelhos importados, o que reputa ser ilegal, considerando que se alimenta o indevido clientelismo que se procura afastar da área da saúde brasileira, sendo o tratamento oferecido gratuitamente pelo SUS à população local. Afirma que a receita médica acostada aos autos pela requerente é prova unilateral produzida fora dos rigores do



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

contraditório, sendo, por isso, insuficiente para comprovar a necessidade do tratamento pretendido e mesmo a impossibilidade de sua substituição por outros tratamentos disponibilizados pela rede pública de saúde. Pugna pela dilação probatória, requerendo a improcedência do pedido.

Houve réplica.

### **É O RELATÓRIO.**

### **PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**

Inicialmente, afasto a preliminar de ilegitimidade parcial de parte, considerando que a responsabilidade pela prestação de serviços à saúde da população é solidária, pertencendo às três esferas de governo, o que inclui a Fazenda Pública do Município de São Carlos.

Diante das provas existentes nos autos, desnecessária a realização de perícia, mesmo porque a jurisprudência predominante nos Tribunais é no sentido de aceitar prescrição médica, na medida em que é o profissional que responde pela escolha feita.

Confira-se:

APELAÇÃO ? AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER ? Fornecimento de prótese importada ? Não ocorrência de cerceamento de defesa ? Prescrição médica e laudo pericial suficientes para comprovar a necessidade da prótese em questão ? Sentença mantida ? Recurso improvido.

(TJ-SP - APL: 00418371220118260564 SP 0041837-12.2011.8.26.0564, Relator: Maurício Fiorito, Data de Julgamento: 04/11/2014, 3ª Câmara de Direito Público, Data de Publicação: 05/11/2014)

DECISÃO: Acordam os Desembargadores da 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso de Apelação Cível, mantendo a sentença em Reexame Necessário. EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL E REEXAME NECESSÁRIO.MANDADO DE SEGURANÇA COM PEDIDO LIMINAR.CONCESSÃO DE PRÓTESE OCULAR A PACIENTE QUE SOFRE DE PERDA DE GLOBO OCULAR EM DECORRÊNCIA DE MELANOMA UVEAL EM COROIDE.SENTENÇA QUE DETERMINOU O FORNECIMENTO DA REFERIDA PRÓTESE.PRELIMINAR. NECESSIDADE DE INCLUSÃO DO ESTADO DO PARANÁ E DA UNIÃO NO POLO PASSIVO DA LIDE. ARGUMENTO REJEITADO. MEDIDA MERAMENTE PROTELATÓRIA.MÉRITO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

SUPOSTA IMPOSSIBILIDADE FÁTICA DE DISPONIBILIZAR A PRÓTESE SOLICITADA. NÃO ACOLHIMENTO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO PELA GARANTIA DO DIREITO À SAÚDE. INAPLICABILIDADE DA RESERVA DO POSSÍVEL. ENUNCIADO Nº 29 DAS 4ª E 5ª CÂMARAS CÍVEIS DESTA CORTE DE JUSTIÇA. OFENSA AO PRINCÍPIO DO ACESSO IGUALITÁRIO E UNIVERSAL NÃO CONFIGURADA. PREVALÊNCIA DO ESTATUTO DO IDOSO. AUSÊNCIA DE AFRONTA AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DOS PODERES. DESNECESSIDADE DE PRODUÇÃO DE PROVA PERICIAL. EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. SENTENÇA MANTIDA EM REEXAME NECESSÁRIO. (TJPR - 4ª C. Cível - ACR - 1281836-3 - Região Metropolitana de Londrina - Foro Central de Londrina - Rel.: Maria Aparecida Blanco de Lima - Unânime - - J. 10.03.2015)

(TJ-PR - REEX: 12818363 PR 1281836-3 (Acórdão), Relator: Maria Aparecida Blanco de Lima, Data de Julgamento: 10/03/2015, 4ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 1552 27/04/2015)

No mais, como não há informação sobre o fornecimento da prótese, passo a julgar o mérito.

O pedido merece acolhimento, pois a saúde configura direito líquido e certo de todos, e o Estado, em todas as suas esferas de governo e solidariamente, tem o dever de assegurá-la, sob pena de tornar letra morta os artigos 6º e 196, ambos da Constituição Federal.

A questão relativa à responsabilidade solidária e ao repasse de verbas deve ser resolvida no âmbito administrativo entre o Município, o Estado e a União, que integram o Sistema Único de Saúde. A cooperação financeira entre essas entidades e a falta de recursos não podem servir de escusa para o não fornecimento de medicamentos, sob pena de acarretar à população grave dano à sua saúde.

Até porque a presente questão não está ligada à viabilidade econômica do Poder Público em atender os necessitados, mas sim à necessidade de resguardar um direito do cidadão.

O direito à saúde, além de ser um direito fundamental que assiste a todas as pessoas, representa consequência constitucional indissociável do direito à vida e da dignidade da pessoa humana. O Poder Público, qualquer que seja a esfera institucional de sua atuação no plano da organização federativa brasileira, não pode mostrar-se indiferente ao problema da saúde da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

população, sob pena de incidir em grave comportamento inconstitucional.

Com efeito, incide sobre o Poder Público a obrigação de tornar efetivas as prestações de saúde, incumbindo-lhe promover medidas preventivas e de recuperação que, fundadas em políticas públicas idôneas, tenham por finalidade viabilizar a norma constitucional.

Não basta, portanto, que o Estado meramente proclame o reconhecimento formal de um direito. Torna-se essencial que, para além da simples declaração constitucional desse direito, seja ele integralmente respeitado e plenamente garantido, especialmente naqueles casos em que o direito – como o direito à saúde – se qualifica como prerrogativa jurídica de que decorre o poder do cidadão de exigir, do Estado, a implementação de prestações positivas impostas pelo próprio ordenamento constitucional.

Assim, é inescusável o dever do Estado em garantir o acesso igualitário a toda e qualquer pessoa residente e domiciliada em território nacional à saúde.

A prerrogativa é assegurada à generalidade das pessoas, conforme garantido pelo artigo 196 da CF, sendo este o entendimento majoritário da jurisprudência, inclusive do Supremo Tribunal Federal, independentemente da condição financeira.

Além disso, restou comprovado que a parte autora não possui condições financeiras para arcar com os custos do tratamento, sendo que foi o próprio médico do Município quem lhe prescreveu a prótese descrita na inicial e atestou que a sua durabilidade é muito maior, o que evitaria menos internações para revisões.

Ante o exposto, julgo o processo, com resolução do mérito, com fundamento no artigo 487, I, do Código de Processo Civil e **PROCEDENTE** o pedido, confirmando-se a tutela antecipada.

As partes requeridas são isentas de custas na forma da lei. Pela sucumbência, condeno o Município de São Carlos ao pagamento dos honorários advocatícios, que fixo, por equidade em R\$ 110,00 (cento e dez reais).

Não há condenação em honorários com relação ao Estado de São Paulo, pelo fato de o autor estar assistido pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação da Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: “Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença”.

**P. I.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 23 de maio de 2017.